

SIMULADO NACIONAL
RFB

GRÁTIS

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
PARA OS CARGOS AFRFB
E ATRFB**



Estratégia
CONCURSOS

FOLHA DE INSTRUÇÕES

- Você recebeu este PDF contendo sua folha de respostas e 80 questões objetivas com cinco alternativas.
 - Existem questões que abordam tópicos que estão na ementa do edital de **Auditor** mas não estão no edital de **Analista**. Estas questões estarão sinalizadas no simulado. Se você estuda somente para **Analista**, não precisa resolvê-las.
 - As questões da prova de Conhecimentos Gerais (P1) terão peso 1; as de Conhecimentos Específicos (P2) peso 2.
 - Resolva a prova entre 08H30 e 13H00. A duração da prova, portanto, é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
 - Após resolver o simulado, visite o site do Estratégia ou abra sua caixa de email, para acessar o link do preenchimento do cartão-respostas eletronicamente.
 - Se você pular ou deixar de resolver algumas questões, não precisa preenchê-las no cartão-respostas.
 - Assim que você terminar de preencher o cartão-resposta eletrônico, o sistema vai mostrar a sua nota.
 - Os ranking serão divulgados em 31/07 no site do Estratégia Concursos.
- Haverá 8 rankings:
1. Geral (AFRFB): será o ranking levando em conta a ementa do edital de Auditor Fiscal e todas as 160 questões do simulado.
 2. ATRFB: será um ranking levando em conta 61 questões na prova de Conhecimentos Gerais (P1) e 42 questões na de Específicos (P2), levando em conta somente a ementa de Analista Tributário.
 3. Conhecimentos Gerais AFRFB (Português, RLQ, Ing/Esp, Adm. Geral e Púb, Dir. Const. e Dir. Adm) considerando a ementa de Auditor. Será um ranking levando em conta as 80 questões da prova de Conhecimentos Gerais (P1).
 4. Conhecimentos Gerais ATRFB (Português, RLQ, Ing/Esp, Adm. Geral, Dir. Const. e Dir. Adm) considerando a ementa de Analista. Será um ranking levando em conta 61 questões da prova de Conhecimentos Gerais (P1).
 5. Conhecimentos Específicos AFRFB (Cont. Geral, Dir. Trib., Dir. Prev., Leg. Trib., Leg. Aduan., Com. Int. e Aud.) considerando a ementa de Auditor. Será um ranking levando em conta as 80 questões da P2.
 6. Conhecimentos Específicos ATRFB (Cont. Geral, Dir. Trib., Dir. Prev., Leg. Trib., Leg. Aduan.) considerando a ementa de Analista. Será um ranking levando em conta 42 questões da P2.
 7. Matérias Básicas - Área Fiscal - Ementa AFRFB (Português, RLQ, Dir. Const., Dir. Adm., Dir. Trib., Cont. Geral). Será um ranking levando em conta 50 questões da P1 e 32 questões da P2 considerando a ementa de Auditor.
 8. Matérias Básicas - Área Fiscal - Ementa ATRFB (Português, RLQ, Dir. Const., Dir. Adm., Dir. Trib., Cont. Geral) Será um ranking levando em conta 41 questões da P1 e 18 questões da P2 considerando a ementa de Analista.

Participando do simulado, sua pontuação integrará todos os rankings automaticamente. Desta forma, se você ainda não conseguiu estudar todo o edital da RFB, você pode verificar como está seu rendimento em vários rankings.

ATENÇÃO: A CORREÇÃO SERÁ AO VIVO NO YOUTUBE DO ESTRATÉGIA ENTRE 31/07 E 04/08, SEMPRE ÀS 19H00



1. A respeito da lei complementar em matéria tributária, julgue as alternativas abaixo, para então assinalar a opção correta.

I. Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II. Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária;

III. Cabe à lei complementar instituir as limitações ao poder de tributar;

IV. Somente por meio de lei complementar a União poderá instituir empréstimos compulsórios e impostos extraordinários.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas II está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

2. A respeito da competência tributária, assinale a alternativa incorreta:

a) Compete exclusivamente à União instituir contribuições de intervenção no domínio econômico;

b) Compete apenas à União, em Território Federal, os impostos estaduais e municipais;

c) A União poderá instituir mediante lei complementar, impostos não discriminados em sua competência tributária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;

d) Somente os Municípios e Distrito Federal são competentes para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;

e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos

específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

3. A imunidade tributária constitui verdadeira limitação constitucional ao poder de tributar. Acerca do tema em questão, e em conformidade com a jurisprudência do STF, assinale a alternativa incorreta:

a) A imunidade tributária recíproca alcança apenas os impostos, não se estendendo às taxas;

b) A imunidade intergovernamental não alcança os serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

c) A imunidade aplicável aos livros, jornais e periódicos, também denominada imunidade cultural, alcança os livros eletrônicos, não se aplicando, porém, aos aparelhos eletrônicos para sua leitura;

d) A imunidade dos templos de qualquer culto não se estende à maçonaria;

e) A imunidade tributária não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias.

4. A empresa Concorrente S.A., indústria de componentes eletrônicos para uso em celulares, deixou de recolher o IPI incidente sobre fato gerador ocorrido em janeiro de 2015.

Em janeiro de 2017, a Receita Federal identificou o inadimplemento do referido imposto, promovendo o lançamento de ofício com vistas à exigência do valor devido pela empresa.

Considere os seguintes dados:

I. A alíquota do IPI incidente sobre o referido produto era de 5% durante o ano de 2014;

II. Em dezembro de 2014, um decreto presidencial majorou a alíquota do referido imposto para 10%;

III. Em julho de 2015, um decreto presidencial majorou a alíquota do referido imposto para 15%;

IV. A multa aplicável sobre o valor do imposto não recolhido era de 75% em 2014.



V. Em agosto de 2016, uma lei federal reduziu a multa aplicável sobre o valor do imposto não recolhido para 50%.

Diante da situação narrada, e considerando os princípios constitucionais tributários e as disposições contidas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a)** O Auditor-Fiscal deverá aplicar a alíquota de 10% de IPI, e a multa será de 50% do valor do imposto não recolhido.
- b)** O Auditor-Fiscal deverá aplicar a alíquota de 10% de IPI, e a multa será de 75% do valor do imposto não recolhido.
- c)** O Auditor-Fiscal deverá aplicar a alíquota de 15% de IPI, e a multa será de 75% do valor do imposto não recolhido.
- d)** O Auditor-Fiscal deverá aplicar a alíquota de 5% de IPI, e a multa será de 50% do valor do imposto não recolhido.
- e)** O Auditor-Fiscal deverá aplicar a alíquota de 5% de IPI, e a multa será de 75% do valor do imposto não recolhido.

5. De acordo com o Código Tributário Nacional, extingue o crédito tributário:

- a)** O pagamento antecipado, independentemente da homologação posterior;
- b)** A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, desde que vencidos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.
- c)** a dação em pagamento em bens móveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- d)** a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- e)** A isenção concedida em função de prazo certo e determinadas condições.

6. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva (Lei 5.172/1966, art. 174, caput).

Considerando a prescrição do crédito tributário com base no CTN, julgue as alternativas que apresentam possíveis situações ensejadoras da interrupção do prazo prescricional, para então assinalar a opção correta.

A prescrição se interrompe:

- I.** pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
 - II.** pelo protesto judicial;
 - III.** pela decisão final proferida pelo órgão de julgamento administrativo;
 - IV.** pelo pedido de parcelamento por parte do devedor.
- a)** Apenas I, II e IV estão corretas.
 - b)** Apenas II está correta.
 - c)** Todas as alternativas estão corretas.
 - d)** Apenas I está correta.
 - e)** Apenas I e II estão corretas.

7. Alexandre, Bruno, Carlos e Davi são donos de um imóvel em proporções iguais. Em relação ao IPTU incidente sobre o referido imóvel:

- a)** O Município pode exigir apenas o valor do imposto correspondente a parcela que cada um possui (25% para cada um dos proprietários);
- b)** Se Carlos é beneficiário de uma isenção de caráter pessoal, o IPTU continua sendo devido pelos demais proprietários em sua integralidade;
- c)** Se o imóvel se enquadra em determinada isenção concedida pelo Poder Legislativo municipal, todos os devedores serão beneficiados;
- d)** Se Davi é menor de idade, não há como ser dele exigido o imposto;
- e)** Não há solidariedade no caso em questão, pois a solidariedade não pode se presumir.



8. A respeito das taxas, assinale a alternativa correta:

a) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

b) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

c) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

d) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

e) A existência do órgão administrativo não é condição para o reconhecimento da constitucionalidade da cobrança da taxa de localização e fiscalização, mas constitui um dos elementos admitidos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia, exigido constitucionalmente.

9. A respeito do Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar 123/2006, assim como as modificações pela legislação superveniente, julgue a alternativa incorreta:



a) A definição de microempresa e empresa de pequeno porte, para fins de enquadramento no Simples Nacional, se dá com base na receita bruta auferida em cada ano-calendário;

b) Considera-se como receita bruta, para fins de enquadramento da empresa no Simples Nacional, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos;

c) Atualmente, existe previsão no regime do Simples Nacional para admissão de aporte de capital realizado exclusivamente por pessoa física, não integrando o capital social da empresa, denominada investidor-anjo;

d) Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado do Simples Nacional, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

e) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado do Simples Nacional, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações;

10. Acerca do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), julgue a alternativa correta:



a) O IPTU não incide sobre imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial;

b) O texto original da CF/88, promulgado em 1988, já admitia a progressividade em razão do valor do imóvel;

c) O IPTU não pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel;

d) O IPTU pode ser progressivo no tempo, bastando que a lei municipal assim o determine;

e) De acordo com o Código Tributário Nacional, o fato gerador do IPTU a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

11. Quanto ao ICMS, julgue a alternativa incorreta:



a) Trata-se de imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal;

b) O ICMS deve ser não cumulativo, podendo ou não ser seletivo;

c) É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada por dois terços de seus membros;

d) O ICMS incide sobre serviços de transporte de pessoas, mercadorias ou valores, desde que se

configure transporte interestadual ou intermunicipal;

e) A isenção ou não incidência de ICMS, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

12. No tocante à responsabilidade tributária e as definições contidas na Lei 5.172/1966 e na jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal e/ou do Superior Tribunal de Justiça, julgue as alternativas abaixo, para então assinalar a opção correta.



I. É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

II. O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

III. Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

IV. Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas II está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.



Direito Previdenciário - Prof. Ali Jaha



13. Quanto ao financiamento da seguridade social, marque a opção correta:

a) A união é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social, na forma da lei de diretrizes orçamentárias.

b) Uma vez realizada a exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, o microempreendedor individual enquadrado no Simples Nacional pode contribuir com a aplicação da alíquota de cinco por cento sobre o salário mínimo nacional vigente.

c) A contribuição do segurado empregado, inclusive o doméstico, e do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota, de forma cumulativa, sobre o seu salário de contribuição mensal, observado as demais disposições legais sobre o tema.

d) Conforme dispõe a carta magna, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica. Por seu turno, 40% dessa receita será aplicada no tratamento e recuperação de viciados em entorpecentes e drogas afins, constituindo assim outras receitas da seguridade social.

e) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, incluindo a contribuição social do salário educação, sem prejuízo do pagamento das despesas do regime geral da previdência social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

14. Quanto aos dispositivos constitucionais e as decisões dos tribunais superiores pertinentes ao Direito Previdenciário, marque a opção incorreta:

a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da união, dos estados, do



distrito federal e dos municípios, e das contribuições sociais.

b) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

c) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

d) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

e) A carta magna autoriza a criação de novas contribuições sociais, entretanto, para tal, deve-se observar os seguintes requisitos constitucionais: I) a criação dar-se-á por meio de lei complementar; II) adotar-se-á o regime tributário da não cumulatividade, e; III) o fato gerador e/ou a base de cálculo das novas contribuições poderão coincidir com outros de contribuições sociais já existentes.

15. A empresa e o equiparado, sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária, estão obrigados a cumprir diversas obrigações acessórias. Sobre o tema é incorreto afirmar que:

a) Matricular no CEI obra de construção civil executada sob sua responsabilidade, dentro do prazo de trinta dias contados do início da execução.

b) Comunicar ao INSS acidente de trabalho ocorrido com segurado empregado e trabalhador avulso, até o 1.º dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato.

c) Inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no RGPS, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício e os sócios cooperados, no caso de cooperativas de trabalho e de produção, se ainda não inscritos.

d) Fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração, consignando a identificação completa da empresa, inclusive com o seu

número no CNPJ, o número de inscrição do segurado no RGPS, o valor da remuneração paga, o desconto da contribuição efetuado e o compromisso de que a remuneração paga será informada na GPS e a contribuição correspondente será recolhida

e) Prestar à RFB todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse desta, na forma por esta estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.

16. Das parcelas pecuniárias a seguir, somente uma delas é considerada salário de contribuição para efeitos previdenciários. Sendo assim, marque a opção que apresenta a parcela sobre a qual incidirá a contribuição social:

a) A remuneração adicional de férias de um terço a mais do que o salário normal.

b) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas e do respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias, no caso de as férias serem concedidas após o fim do período concessivo.

c) O incentivo à demissão.

d) A ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado.

e) A participação do empregado nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.

17. Quanto a tributação previdenciária, no âmbito da Receita Federal do Brasil, é incorreto afirmar:

a) O encerramento de matrícula de obra de construção civil de responsabilidade de pessoa física será feito pela unidade da RFB competente jurisdicionante da localidade da obra, após a quitação do Aviso para Regularização de Obra (ARO), e o de responsabilidade de pessoa jurídica será feito mediante procedimento fiscal.

b) O décimo terceiro salário integra a base de cálculo, sendo devidas as contribuições sociais quando do pagamento ou crédito da última parcela ou na rescisão de contrato de trabalho.



c) A contribuição social previdenciária dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, incidente sobre o décimo terceiro salário, é calculada juntamente com a remuneração do mês, mediante a aplicação da alíquota de 8%, 9% ou 11%, de acordo com a faixa salarial, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.

d) Para o recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre o décimo terceiro salário, deverão ser informados, no documento de arrecadação, a competência 13 e o ano a que se referir, exceto no caso de décimo terceiro salário pago em rescisão de contrato de trabalho, cuja competência será a do mês da rescisão.

e) Compete à Justiça do Trabalho promover de ofício a execução dos créditos das contribuições previdenciárias devidas em decorrência de decisões condenatórias ou homologatórias por ela proferidas, devendo a fiscalização apurar e lançar o débito verificado em ação fiscal, relativo às contribuições incidentes sobre remunerações pagas durante o período trabalhado, com ou sem vínculo empregatício, quando, por qualquer motivo, não houver sido executada a cobrança pela Justiça do Trabalho.

18. Quanto ao tema arrecadação e recolhimento das contribuições sociais, marque a assertiva errada:

a) O parcelamento, conforme dispõe a lei federal, terá sua formalização condicionada ao prévio pagamento da primeira prestação, conforme o montante do débito e o prazo solicitado, sendo que o valor mínimo de cada prestação será fixado em ato conjunto do Secretário da Receita Federal do Brasil e do Procurador Geral da Fazenda Nacional.

b) A certidão é o documento, expedido em conjunto pela RFB e pela PGFN, que certifica a situação fiscal da pessoa física ou jurídica perante a União, em relação a débitos tributários e previdenciários inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) pela PGFN e a débitos tributários e previdenciários administrados pela RFB.

c) O empregador doméstico é obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço, assim como a parcela a seu cargo, até o dia sete do mês seguinte ao da competência, de forma antecipada.

d) O direito de a RFB constituir o crédito tributário referente às contribuições Sociais extingue-se após cinco anos, contados do 1.º dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição do crédito anteriormente efetuada.

e) Os débitos para com a união, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela RFB, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de juros de mora, calculados à taxa de 0,33%, por dia de atraso.

19. Quanto as disposições constitucionais e jurisprudenciais da seguridade social, marque a alternativa correta:

a) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de orçamento anual, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

b) A norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.

c) Como tem mostrado a melhor doutrina, a universalidade da cobertura, enquanto aspecto objetivo, tem o desígnio de cobrir todas e quaisquer contingências sociais que carecem de proteção social por parte do Estado, como a velhice, a maternidade, os acidentes do trabalho e a morte. Por seu turno, a universalidade de atendimento, enquanto aspecto subjetivo, visa abarcar a maior parcela de pessoas da sociedade dentro de tal proteção estatal.

d) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei.

e) Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre seguridade social.



20. Quanto as normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social, é correto afirmar que:

- a) A RFB verificará, por intermédio de sua fiscalização, a regularidade e a conformidade das demonstrações ambientais, os controles internos da empresa relativos ao gerenciamento dos riscos ocupacionais, em especial o embasamento para a declaração de informações em GFIP.
- b) Na falência são devidas, pela massa falida, as contribuições sociais previdenciárias e as contribuições destinadas a outras entidades ou fundos na forma estabelecida para as empresas em geral, quando na condição de contribuinte.
- c) A pessoa física, dona da obra ou executora da obra de construção civil, é responsável pelo pagamento de contribuições em relação à remuneração paga, devida ou creditada aos segurados que lhe prestam serviços na obra, na mesma forma e prazos aplicados aos contribuintes individuais.
- d) Aferição indireta é o procedimento de que dispõe a RFB para apuração indireta da alíquota das contribuições sociais.
- e) O titular de serviço notarial e de registro é subsidiariamente responsável pela infração a obrigação acessória prevista na legislação previdenciária, em nome do qual será lavrado o documento de constituição do crédito tributário, por meio de matrícula CEI atribuída de ofício.



Contabilidade Geral
Prof. Gabriel Rabelo e Luciano Rosa



21. Com base nos critérios de avaliação de ativos e passivos, julgue os itens que se seguem e marque, com V para os verdadeiros e F para os falsos, a opção que corresponde à sequência correta.

- I. Os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, serão avaliados, pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor.
- II. Os elementos do ativo decorrentes de operações de curto prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

III. A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado, intangível e diferido será registrada periodicamente nas contas de: Depreciação, Amortização e Exaustão.

IV. As obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

V. Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

- a) V,V,F,F,F
- b) V,V,V,F,V
- c) F,F,V,V,V
- d) V,F,F,V,V
- e) F,F,V,V,F

22. Da folha de pagamento da Cia. Gabriel Rabelo foram extraídos os dados abaixo:

Salários Brutos	450.000
Imposto de Renda Retido na Fonte Pessoa Física	3.400
INSS Retido	6.000
Salário Família	1.500
FGTS	25.000
Contribuição Patronal INSS	35.000
Auxílio Maternidade	2.500

Tomando como base apenas os dados fornecidos, pode-se afirmar que o total a ser apropriado como Despesas de Período é:

- a) R\$ 444.600.
- b) R\$ 450.000.
- c) R\$ 474.600
- d) R\$ 510.000.



e) R\$ 514.000.

23. Em 2015 a KLS S.A. tinha créditos a receber no valor de R\$ 340.000,00 e mandou provisionar 4% deles para prevenir possíveis perdas na sua liquidação que, àquele momento, já era duvidosa. Entretanto, durante o exercício de 2016, só foram confirmadas perdas de 3% daqueles créditos.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa possuía créditos a receber no montante de 120% do valor anterior e mandou fazer a provisão para perdas prováveis em 2017 à mesma taxa de 4%.

Mesmo reconhecendo eventual reversão ou complementação, o saldo da provisão para perdas, no balanço de 2016, deverá ser de

- a) R\$ 16.320,00
- b) R\$ 13.600,00
- c) R\$ 12.920,00
- d) R\$ 8.100,00
- e) R\$ 5.400,00

24. A empresa Luciano Rosa S.A., em abril de 2009, adquiriu 4 máquinas de igual valor e pagou por elas, à vista, R\$ 20.000,00. A vida útil foi estimada em 10 anos e o valor residual em 20%. Em 30 de setembro de 2013, a empresa vendeu uma dessas máquinas por R\$ 3.000,00, a prazo.

Uma vez realizada esta operação, pode-se dizer que a empresa contabilizou perda de capital no valor de

- a) R\$ 200,00
- b) R\$ 600,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 250,00
- e) R\$ 475,00

25. A firma Estratégia S.A. possui móveis e utensílios adquiridos em dezembro de 2010 por R\$ 50.000,00. Incorporados ao grupo imobilizado em janeiro de 2011, esses bens

são depreciados com valor residual de 10%, considerando-se uma vida útil de 10 anos como é costumeiro.

No exercício de 2012, no balanço de 31 de dezembro, a empresa deverá apresentar esses móveis com valor contábil de

- a) R\$ 40.000,00.
- b) R\$ 36.000,00.
- c) R\$ 41.000,00.
- d) R\$ 38.400,00.
- e) R\$ 30.000,00.

 **RASCUNHO**



26. Os estatutos da Cia. Ôhnega estabelecem que, dos lucros remanescentes, após as deduções previstas pelo artigo 189 da Lei 6.404/76 atualizada, deverá a empresa destinar aos administradores, debêntures e empregados uma participação de 10% do lucro do exercício a cada um.

Tomando como base as informações constantes da tabela abaixo:

Itens apurados em 31.12.2016	Valores R\$
Resultado apurado antes do Imposto, Contribuições e Participações.	650.000,00
Valor estabelecido para Imposto de Renda e Contribuição Social	150.000,00
Saldos da conta /Prejuízos Acumulados	(100.000,00)

Pode-se afirmar que o valor do Lucro Líquido do Exercício é:

- a) R\$ 364.500.
- b) R\$ 332.250.
- c) R\$ 291.600.
- d) R\$ 182.500.
- e) R\$ 391.600.

27. A Lei n. 6.404/76 determina que, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil da companhia, exprimindo com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício, a diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras:

- a) balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- b) balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do

resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do valor adicionado.

c) balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e demonstração das mutações do patrimônio líquido.

d) balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e, se companhia aberta, demonstração das mutações do patrimônio líquido.

e) balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.





28. A Cia. O Hexa É Logo Ali adquiriu um imóvel por R\$ 10.000.000 perto de sua fábrica, para valorização.

Quando da aquisição, havia expectativa de que fosse construído um porto próximo, o que valorizaria os imóveis daquela região.

Ao registrar a aquisição desse imóvel, a empresa deve classificar esse bem como Ativo:

- a) Diferido.
- b) Imobilizado.
- c) Investimento.
- d) Intangível.
- e) Ativo Circulante.

29. Sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira, assinale a alternativa correta:

- a) A informação pode ter valor preditivo ou valor confirmatório, mas não os dois ao mesmo tempo.
- b) A informação contábil-financeira não tem valor preditivo, pois a contabilidade se refere a eventos passados, já ocorridos. Eventos futuros não são contabilizados.
- c) As características qualitativas fundamentais são relevância e valor confirmatório.
- d) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- e) A informação contábil-financeira tem valor preditivo se confirmar ou alterar avaliações prévias.

30. A empresa Investindo S.A. implantou nova unidade no norte do país. Os investimentos na unidade foram de R\$ 1.000.000,00, registrados no ativo imobilizado. No primeiro ano, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R\$ 55.000,00. No segundo ano, o valor da unidade, caso fosse vendida para o concorrente e único interessado na aquisição, seria de R\$ 920.000,00. Ao analisar o valor do fluxo de caixa

descontado da unidade, apurou-se um valor de R\$ 930.000,00. Dessa forma, deve o contador da empresa

- a) manter o valor do investimento, visto não haver perda de valor recuperável.
- b) reconhecer um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 5.000,00.
- c) reverter parte da perda de valor recuperável no valor de R\$ 25.000,00.
- d) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 15.000,00.
- e) estornar o total da perda de valor recuperável de R\$ 55.000,00.

 **RASCUNHO**

31. Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, assinale a opção correta.

- a) Os recebimentos de caixa que decorrem de royalties, honorários e comissão são considerados fluxos de investimento.
- b) O valor decorrente da venda de ativos de longo prazo não incluídos nos equivalentes de caixa deve ser classificado na DFC como fluxo das atividades de investimento.
- c) O valor do fluxo de caixa de uma entidade é representado pelo cálculo de entradas de caixa ou equivalentes de caixa em determinado espaço de tempo.
- d) Uma entidade, tendo adquirido mercadorias para revenda no valor de R\$ 180.000, pagando 50% à vista, registrará na DFC uma atividade de financiamento que consumiu caixa no valor de R\$ 90.000.
- e) O lucro obtido na venda de imobilizado representa ingresso de caixa no fluxo operacional.

32. Sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), analise as afirmativas a seguir:

- I. Os encargos de depreciação do período correspondem a uma retenção do valor adicionado.
- II. A remuneração paga a autônomos classifica-se como distribuição do valor adicionado para a sociedade.
- III. Os juros recebidos das aplicações financeiras (as chamadas Receitas Financeiras ou Juros Ativos da DRE) são abatimentos dos "Juros e Aluguéis" evidenciados na DVA como distribuição do valor adicionado a terceiros e investidores.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.

d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

33. Em 01/01/2017, a empresa Maicropopt adquiriu os direitos para uso de uma marca por dez anos. O contrato é renovável a cada dez anos, e o custo de renovação é insignificante, e a empresa pretende renová-lo por mais trinta anos, pois há um estudo comprovando que, após este período, a marca não terá mais retorno. A vida útil a ser estabelecida pelo direito de utilização da marca, em 01/01/2017, é

- a) de dez anos.
- b) de vinte anos.
- c) de trinta anos.
- d) de quarenta anos.
- e) indefinida.

 **RASCUNHO**

34. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o processo de determinação das estimativas contábeis envolve julgamentos baseados nas últimas informações disponíveis. Assim, uma mudança identificada nas bases de avaliação:



- a) corresponde a uma mudança na estimativa contábil.
- b) ocorre em decorrência da identificação de erro no cálculo da estimativa.
- c) corresponde a uma mudança em política contábil.
- d) pode tornar difícil distinguir entre mudança de política contábil e de estimativa contábil. Neste caso a mudança deve ser tratada como de política contábil.
- e) deve ser aplicada prospectivamente.

35. Sobre as provisões, previstas no CPC 25, assinale a alternativa incorreta.



- a) Obrigação legal é uma obrigação que deriva de contrato, legislação ou outra ação de lei.
- b) Um exemplo de obrigação não formalizada é quando a entidade tem uma obrigação que decorre como consequência da entidade ter criado expectativa válida em outras partes de que cumprirá com as responsabilidades.
- c) Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, o CPC 25 usa o termo "contingente" para passivos e ativos que não são reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.
- d) A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar o valor reconhecido como provisão

é o valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento.

- e) Nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa puder ser feita para o reconhecimento de uma provisão, a entidade deve fazer o reconhecimento pela média do valor em casos semelhantes da mesma ou de outras entidades.

 **RASCUNHO**

Texto para as próximas quatro questões:

No início de 2015, a empresa *Estratégia S/A* apresentava o Patrimônio Líquido composto pelos seguintes saldos:

Contas de PL	Valores R\$
Capital Social	800.000
Capital a Integralizar	- 350.000
Reserva Legal	82.000
Reservas de Lucros	57.500
Lucros Retidos	70.000

Ao final do período de 2015, a empresa apurou um Lucro antes do Imposto sobre a Renda e Contribuições no valor de R\$ 600.000. De acordo com a política contábil da empresa, ao final do exercício, no caso da existência de lucros, os estatutos da empresa determinam que a mesma deve observar os percentuais abaixo para os cálculos das Participações e Contribuições, apuração do Lucro Líquido e sua distribuição.

Dividendos a Pagar	50%
Participações da Administração nos Lucros da Sociedade	20%
Participações de Debêntures	25%
Participação dos Empregados nos Lucros da Sociedade	25%
Provisão para IR e Contribuições	20%
Reserva de Lucros	20%
Reserva Legal	5%

O restante do Lucro Líquido deverá ser mantido em Lucros Retidos conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária (AGO) até o final do exercício de 2016, conforme Orçamento de Capital aprovado em AGO de 2014. Com base nas informações anteriores, responda às questões de n. 8 a 11.

36. O valor a ser registrado como Reserva Legal é:

- a) R\$ 1.500.
- b) R\$ 2.000.
- c) R\$ 7.200.
- d) R\$ 8.000.
- e) R\$ 10.800.

**37. O valor distribuído a título de dividendo é:**

- a) R\$ 81.300
- b) R\$ 84.000
- c) R\$ 92.000
- d) R\$ 104.000
- e) R\$ 108.000

**38. O Valor das Participações dos Empregados nos Lucros da Sociedade é:**

- a) R\$ 45.000.
- b) R\$ 60.000.
- c) R\$ 75.000.
- d) R\$ 90.000.
- e) R\$ 100.000.





39. Com base nos dados fornecidos, pode-se afirmar que:



- a) o Capital autorizado da empresa é de R\$ 450.000.
- b) o valor a ser destinado para a Reserva de Lucros é de R\$ 35.000.
- c) após a distribuição do resultado, o saldo total do Patrimônio Líquido é de R\$767.500.
- d) o valor da Participação da Administração nos Lucros da Sociedade corresponde a R\$58.000.
- e) o resultado líquido e sua destinação provocam um aumento líquido de passivo de R\$ 490.000.

40. Ao se proceder à análise das demonstrações contábeis de uma determinada empresa, verificou-se que:



- I.** a participação de recursos de terceiros correspondia a 60% do Patrimônio Líquido.
- II.** o Ativo Circulante correspondia a 30% do Ativo Total.
- III.** o Passivo Circulante correspondia a 50% do Passivo Total da empresa.

Considerando-se as informações acima, podemos afirmar que o índice de Liquidez Corrente da empresa era de:

- a) 1,0.
- b) 1,6.
- c) 2,0.
- d) 2,4.
- e) 1,8.

 **RASCUNHO**



Auditoria - Prof. Claudenir Brito



41. Os sistemas, as políticas e os procedimentos de controle de qualidade nas auditorias das demonstrações contábeis são de responsabilidade da firma de auditoria. Em relação ao tema, assinale a alternativa incorreta, de acordo com o disposto na NBC TA 220 (R2) - Controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis:



- a) As equipes de trabalho podem confiar no sistema de controle de qualidade da firma, a menos que as informações fornecidas pela firma ou por outras partes indiquem o contrário.
- b) O objetivo do auditor é implementar procedimentos de controle de qualidade no nível do trabalho que forneçam ao auditor segurança razoável de que a auditoria está de acordo com normas técnicas e com as exigências legais e regulatórias aplicáveis, e os relatórios emitidos pelo auditor são apropriados nas circunstâncias.
- c) Firma é um único profissional ou sociedade de pessoas que atuam como auditor independente.
- d) Pessoa externa qualificada é uma pessoa pertencente ao quadro técnico da firma com competência e habilidade que poderia atuar como sócio encarregado do trabalho.
- e) Sócio é qualquer pessoa com autoridade para vincular a firma à execução de serviços profissionais.

42. De acordo com a NBC TI 01 - Da Auditoria Interna - a auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas em geral, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Essa norma trata a amostragem como uma técnica que tem por finalidade determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados, e determina que a amostra selecionada deva proporcionar uma informação de auditoria:



- a) efetiva e padronizada.
- b) realística e relevante.
- c) material e útil.



- d) formal e mensurável.
- e) suficiente e apropriada.

43. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplica-se frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. De acordo com a NBC TA 320 - Materialidade no planejamento e na execução da auditoria - ao se utilizar referenciais (benchmarks) na determinação da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, os fatores que podem afetar a identificação de referencial apropriado não incluem:



- a) a depreciação acumulada dos itens de maior materialidade;
- b) os elementos das demonstrações contábeis (por exemplo, ativo, passivo, patrimônio líquido, receita, despesa);
- c) a natureza da entidade, a fase do seu ciclo de vida, o seu setor e o ambiente econômico em que atua;
- d) a estrutura societária da entidade e como ela é financiada; e
- e) a volatilidade relativa do referencial.

44. A confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria e, portanto, da própria auditoria, é influenciada pela sua fonte e sua natureza, e as circunstâncias nas quais são obtidas, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, quando relevante. Em relação ao tema, e de acordo com o disposto na NBC TA 500 - Evidência de Auditoria, assinale a alternativa correta:



- a) a confiabilidade da evidência de auditoria é menor quando ela é obtida de fontes independentes fora da entidade;
- b) a confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os

controles relacionados, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, impostos pela entidade, são efetivos;

c) a evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor é menos confiável do que a evidência de auditoria obtida indiretamente ou por inferência;

d) a evidência de auditoria em forma de documentos, em papel, mídia eletrônica ou de outro tipo, é menos confiável do que a evidência obtida verbalmente;

e) a evidência de auditoria fornecida por fotocópias ou fac-símiles ou por documentos que foram filmados, digitalizados ou transpostos de outra maneira para forma eletrônica, cuja confiabilidade pode depender dos controles sobre sua elaboração e manutenção é mais confiável que a evidência de auditoria fornecida por documentos originais.

45. Na empresa Sucesso S/A, o auditor independente observa que um processo de compra possui a devida segregação de funções entre os responsáveis, mas não consegue detectar uma fraude, neste mesmo processo, elaborada por meio de conluio entre dois ou mais funcionários. Esse fato evidencia



- a) Risco de controle.
- b) Risco de detecção.
- c) Risco inerente.
- d) Risco operacional.
- e) Necessidade de inclusão de um parágrafo e ênfase no relatório.

46. O princípio de controle interno, também denominado Princípio de Oposição de Interesse, que consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter funções incompatíveis, que gerem conflito de interesses, é o princípio



- a) do rodízio de funções
- b) do custo x benefício
- c) da segregação de funções
- d) do limite de acesso aos ativos



e) da materialidade

47. De acordo com a NBC TA 230 – Documentação de Auditoria, a documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais, exceto:



a) assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria;

b) assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão;

c) permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho;

d) manter um registro de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras;

e) permitir a redução dos custos das auditorias futuras, já que os papéis de trabalho costumam ser reaproveitados a cada novo trabalho.

48. Em relação às estimativas contábeis realizadas pela empresa auditada, o auditor independente deve:



a) sempre que constatar possível tendenciosidade da administração, concluir que as estimativas contábeis estão inadequadas, ressalvando o relatório.

b) periodicamente exigir da administração e de seus advogados carta de responsabilidade pelas estimativas efetuadas, eximindo a auditoria de avaliar os cálculos e premissas.

c) revisar os julgamentos e decisões feitos pela administração na elaboração destas estimativas contábeis, para identificar se há indicadores de possível tendenciosidade da administração.

d) reavaliar as premissas e cálculos e, quando discordar, determinar a modificação dos valores contabilizados, sob pena de não emitir o relatório de auditoria.

e) aceitar os valores apresentados, por serem subjetivos e de responsabilidade da administração e de seus consultores jurídicos ou áreas afins.

49. "Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia ABC e suas controladas. Devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas". Este exemplo trata do seguinte tipo de opinião:



a) abstenção de opinião.

b) opinião adversa.

c) opinião com parágrafo de ênfase;

d) opinião sem modificação.

e) opinião sem ressalva.

50. O trabalho de auditoria na empresa Sucesso S/A concluiu que as demonstrações contábeis não representaram adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, sendo identificados casos de fraude no controle de estoques e os créditos a receber. O auditor concluiu ainda, com base nas evidências obtidas, que as distorções identificadas, em conjunto, eram relevantes e generalizadas. Com base nas informações disponibilizadas, o auditor emitiu um parecer:



a) não modificado.

b) adverso.

c) com ressalva.

d) com parágrafo de ênfase.

e) com abstenção de opinião.



51. O art. 4º, do Decreto 7.212/2010, denominado Regulamento do IPI, prevê cinco modalidades de industrialização, sendo todas elas citadas logo a seguir. Associe cada operação de industrialização (letras) à sua respectiva descrição (números), e, ao final, identifique a alternativa que contém a sequência correta:

1 - Exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova;

2 - A que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto;

3 - A que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal;

4 - A que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria;

5 - A que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização.

A - Beneficiamento

B - Acondicionamento ou Reacondicionamento

C - Transformação

D - Renovação ou Recondicionamento

E - Montagem

a) 1A; 2B; 3C; 4D; 5E.

b) 1C; 2D; 3B; 4E; 5A.

c) 1B; 2D; 3C; 4A; 5E.

d) 1C; 2A; 3E; 4B; 5D.

e) 1E; 2C; 3A; 4B; 5D.

52. De acordo com o Decreto 7.212/2010 (Regulamento do IPI), considera-se sujeito passivo do IPI, na qualidade de contribuinte os seguintes, exceto:

a) O importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira;

b) O industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;

c) O estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;

d) O transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência;

e) Os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade constitucional relativa a tais produtos..

53. Sobre o valor tributável estabelecido no RIPI, pode-se afirmar que está incorreto o seguinte:

a) constitui valor tributável dos produtos de procedência estrangeira o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo dos tributos aduaneiros, por ocasião do despacho de importação, acrescido do montante desses tributos e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;

b) constitui valor tributável dos produtos de procedência estrangeira o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento equiparado a industrial;

c) dos produtos nacionais, o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, acrescido do frete e subtraído das demais despesas acessórias, cobradas ou debitadas pelo contribuinte ao comprador ou destinatário;



d) O valor tributável não poderá ser inferior ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente quando o produto for destinado a outro estabelecimento do próprio remetente ou a estabelecimento de firma com a qual mantenha relação de interdependência;

e) Ressalvada a avaliação contraditória, decorrente de perícia, o Fisco poderá arbitrar o valor tributável ou qualquer dos seus elementos, quando forem omissos ou não merecerem fé os documentos expedidos pelas partes ou, tratando-se de operação a título gratuito, quando inexistir ou for de difícil apuração o valor do preço corrente do produto ou seu similar, no mercado atacadista da praça do remetente.

54. No que se refere aos valores pagos a título de aluguéis de bens imóveis, não entrarão no cômputo do rendimento bruto, exceto:

a) multa por rescisão de contrato de locação;

b) o valor dos impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o bem que produzir o rendimento;

c) o aluguel pago pela locação de imóvel sublocado;

d) as despesas pagas para cobrança ou recebimento do rendimento;

e) as despesas de condomínio.

55. Considerando o disposto no Decreto 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda), julgue as alternativas abaixo, para então assinalar a opção correta.

I. Em se tratando de rendimentos percebidos em dinheiro a título de alimentos ou pensões em cumprimento de acordo homologado judicialmente ou decisão judicial, inclusive alimentos provisionais ou provisórios, a tributação é realizada, via de regra, em nome do responsável pela manutenção do alimentado.

II. Na constância da sociedade conjugal, a regra geral é que os cônjuges prestem suas declarações separadamente, hipótese em cada cônjuge deverá incluir, em sua declaração, a totalidade dos rendimentos próprios e a metade dos rendimentos produzidos pelos bens comuns.

III. Na constância da sociedade conjugal, se os cônjuges optarem por apresentar declaração em conjunto, em nome de um deles, o cônjuge não declarante não pode ser considerado como dependente daquele que prestou a declaração.

IV. No caso de dissolução da sociedade conjugal, por morte de um dos cônjuges, serão tributadas, em nome do sobrevivente, as importâncias que este perceber de seu trabalho próprio, das pensões de que tiver gozo privativo, de quaisquer bens que não se incluam no monte a partilhar e cinquenta por cento dos rendimentos produzidos pelos bens comuns, ou, quanto a estes, cem por cento em nome do espólio.

a) Apenas III e IV está correta.

b) Apenas II e IV estão corretas.

c) Apenas I, II e IV estão corretas.

d) Todas as alternativas estão corretas.

e) Apenas IV está correta.

56. A base de cálculo sujeita à incidência mensal do IRRF é determinada mediante a dedução das seguintes parcelas do rendimento tributável, à exceção da seguinte:

a) as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública;

b) a quantia, por dependente, fixada na legislação tributária;

c) as contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

d) as contribuições para as entidades de previdência complementar domiciliadas no Brasil e as contribuições para os Fapi, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administradores;

e) despesas médicas.



57. No que concerne às disposições legais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, julgue as alternativas abaixo, para então assinalar a opção correta.



I. A tributação pelo IRPJ deve ocorrer, sem exceções, tendo como base o regime de competência.

II. O lucro real é o lucro líquido do exercício, sendo este o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações estatutárias sobre o lucro.

III. Na sistemática de apuração do lucro real, as compensações dos prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores estão limitadas a 30% do saldo de prejuízos fiscais.

IV. Em relação à estimativa mensal do IRPJ, quando apurado com base no lucro real, permite-se, em determinadas situações, que a pessoa jurídica suspenda ou reduza o pagamento do valor do imposto mensal.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas IV está correta.

58. São isentos do imposto sobre a renda ou tributados à alíquota zero, na fonte e na declaração de ajuste anual, quando auferidos por pessoa física, à exceção de:



- a) Os rendimentos auferidos em operações de day-trade realizadas em bolsas de valores
- b) os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança;
- c) a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário;
- d) a remuneração produzida por Letra de Crédito do Agronegócio;

e) a remuneração produzida por Certificado de Recebíveis do Agronegócio.

59. Considerando as disposições legais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, quanto aos regimes de apuração pelo lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado, aponte a alternativa correta.



a) A opção pela tributação pelo lucro presumido será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário e poderá ser modificada a partir do terceiro trimestre do ano-calendário.

b) Para efeito de determinação do saldo do IRPJ a pagar ou a ser restituído ou compensado pela pessoa jurídica contribuinte do imposto, a legislação tributária permite deduzir do imposto devido o valor do imposto sobre a renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

c) O lucro arbitrado será determinado obrigatoriamente pelo regime de caixa.

d) A pessoa jurídica, optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido, não poderá adotar o critério de reconhecimento de suas receitas de venda de bens ou direitos ou de prestação de serviços com pagamento a prazo ou em parcelas na medida do recebimento, mantendo a escrituração do livro Caixa.

e) A pessoa jurídica que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiver seu lucro arbitrado, não poderá optar pela tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres desse ano-calendário, devendo ser obrigatoriamente tributada em relação a tais trimestres com base no lucro real.

60. Assinale a alternativa que não completa afirmativa a seguir, nos termos da legislação vigente relativa ao IPI: poderão sair do estabelecimento com suspensão do imposto sobre produtos industrializados:



a) as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem destinados à industrialização, desde que os

produtos industrializados sejam enviados ao estabelecimento remetente daqueles insumos.

b) os produtos remetidos pelo estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial, diretamente a exposição em feiras de amostras e promoções semelhantes.

c) os produtos remetidos pelo estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial, a depósitos fechados ou armazéns-gerais, bem como aqueles devolvidos ao remetente.

d) os produtos que foram industrializados por encomenda, mediante remessa de insumos pelo encomendante com suspensão de IPI, e em cuja operação o executor da encomenda não tenha utilizado produtos de sua industrialização ou importação, forem remetidos ao estabelecimento de origem e desde que sejam por este destinados a comércio ou ao seu consumo.

e) os produtos remetidos, para industrialização ou comércio, de um estabelecimento industrial ou equiparado a industrial para outro da mesma firma.

 **Comércio Internacional - Prof. Ricardo Vale** 

61. Acerca das políticas comerciais e teorias do comércio internacional, assinale a alternativa correta:



a) As modernas teorias do comércio internacional, ao buscarem a explicação para as trocas comerciais, chegaram à conclusão de que a dotação de fatores de produção é irrelevante. O verdadeiro fundamento do comércio internacional está nas economias de escala.

b) Os conflitos de interesses dentro das nações impactam mais a determinação da política comercial do que os conflitos de interesses entre as nações.

c) Uma visão ampla do fenômeno do comércio internacional é a que atribui às vantagens comparativas o papel fundamental na divisão internacional da produção.

d) Na segunda metade do século XX, o fenômeno da globalização ganhou maior destaque e, com ele, surgiram as empresas transnacionais. Em razão disso, as vantagens

comparativas já não servem para explicar o fundamento das trocas internacionais.

e) Na determinação da política comercial, os governos negligenciam as análises econômicas de custo-benefício.

62. Sobre a Rodada Doha e a Conferência Ministerial de Bali, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:



I. Na Conferência Ministerial de Bali (2013), foi celebrado o Acordo de Facilitação de Comércio que, dentre outras medidas, estabeleceu que os membros da OMC devem criar um sistema informatizado que permita uma interface única entre o Governo e os operadores de comércio exterior, no formato de "single window".

II. Na Conferência Ministerial de Bali (2013), foi acordada a eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas até o final de 2015.

III. O Acordo de Facilitação de Comércio prevê que os membros da OMC deverão promover maior cooperação aduaneira, trocando informações com o objetivo de verificar a precisão e a veracidade das declarações apresentadas por importadores e exportadores

IV. Na Conferência Ministerial de Bali (2013), os membros acordaram que aqueles países que adotarem programas públicos de segurança alimentar baseados em subsídios deverão ser acionados no sistema de solução de controvérsias da OMC.

a) VVFF

b) VFVF

c) VVFF

d) FFVF

e) FVVF



63. Assinale a alternativa correta sobre o GATT e o sistema multilateral de comércio:



a) No âmbito do GATT, a aplicação da cláusula da nação mais favorecida é condicional, o que caracteriza a reciprocidade difusa.

b) O GATT prevê que seus membros não poderão conceder, em matéria comercial, um tratamento mais favorável do que o previsto nas suas Listas de Concessões.

c) O princípio do tratamento nacional se aplica tanto aos tributos internos quanto às regulamentações internas, como as medidas sanitárias e as barreiras técnicas. Os membros da OMC também devem estrita obediência ao tratamento nacional no que diz respeito às compras governamentais.

d) O princípio do tratamento nacional é o cerne de um sistema regulatório tendente a inibir práticas protecionistas. A imposição de critérios mais gravosos aos produtos importados em relação aos produtos nacionais coincide, afinal com a própria noção de protecionismo.

e) É possível que os membros da OMC celebrem acordos regionais, os quais são uma exceção à cláusula da nação mais favorecida e ao tratamento nacional.

64. Assinale a alternativa correta sobre a ALADI:



a) A integração regional na América Latina tem suas origens no ano 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que foi criada a ALALC.

b) A ALALC, criada em 1960, não logrou êxito por uma série de motivos, dentre os quais citamos a heterogeneidade das políticas econômicas dos países-membros, a falta de vontade política dos governos e o déficit institucional.

c) O início da integração regional na América Latina se deve às ideias estruturalistas da CEPAL, que foram propagadas por Raúl Prébisch. O ponto central das ideias desse economista argentino era o de que a liberalização do

comércio em nível regional traria benefícios aos termos de troca dos países latino-americanos.

d) O Tratado de Montevidéu, celebrado em 1980, conferiu personalidade jurídica de direito internacional público à ALADI, deixando essa organização aberta à adesão de qualquer país das Américas.

e) A ALADI alcançou o estágio de área de livre comércio, mas seu objetivo é estabelecer, no longo prazo, um mercado comum.

65. Assinale a alternativa correta sobre a estrutura institucional do MERCOSUL:



a) O Conselho do Mercado Comum (CMC) é o órgão superior do MERCOSUL, ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos do Tratado de Assunção. Esse órgão deve se reunir pelo menos uma vez por semestre, com a participação dos Presidentes dos Estados-partes.

b) São órgãos decisórios do MERCOSUL o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e o Tribunal Permanente de Revisão, todos eles de natureza intergovernamental.

c) O Protocolo de Ouro Preto prevê a possibilidade de que o Grupo Mercado Comum crie novos órgãos para a estrutura institucional do MERCOSUL.

d) O Protocolo de Olivos, além de definir a estrutura institucional do MERCOSUL, conferiu personalidade jurídica de direito internacional a esse bloco regional.

e) Os órgãos decisórios do MERCOSUL tomam suas decisões em votações, nas quais é exigido o quórum de maioria absoluta dos membros.

66. Assinale a alternativa correta acerca de subsídios e medidas compensatórias:



a) Os subsídios à exportação causam fortes distorções na alocação dos fatores produtivos e, em razão disso, são proibidos pela normativa da OMC, podendo ser combatidos unicamente por meio da aplicação de medidas compensatórias.



b) Poderão ser aplicados direitos compensatórios com o objetivo de compensar subsídio concedido, direta ou indiretamente, no país exportador, à fabricação, à produção, à exportação ou ao transporte de qualquer produto, cuja exportação ao Brasil cause dano à indústria doméstica.

c) Não poderão ser aplicadas medidas compensatórias quando tiver ocorrido ameaça de dano material à indústria já estabelecida.

d) A investigação para aplicação de medidas compensatórias tem uma duração de 10 meses, podendo chegar a 18 meses.

e) Os subsídios gerais também podem dar ensejo à aplicação de medidas compensatórias, desde que causem dano à indústria doméstica.

67. Acerca das instituições intervenientes no comércio exterior, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:



I. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) tem competência para fixar as alíquotas dos tributos incidentes sobre as operações de comércio exterior.

II. Compete à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) fixar direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, e salvaguardas.

III. Compete à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) apoiar o exportador submetido a investigações de defesa comercial no exterior.

IV. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) tem competência para executar todas as atividades relacionadas à valoração aduaneira de mercadorias e controle de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas.

a) VFFF

b) VFVF

c) FVVF

d) FVVV

e) FFFV

68. Assinale a alternativa correta sobre a Convenção de Viena sobre o Contrato de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CVIM):



a) A CVIM regula as vendas em processo executivo e leilão, mas não regula as vendas de valores mobiliários e títulos de crédito.

b) A CVIM se aplica aos contratos que envolvam a compra e venda de mercadorias a serem fabricadas ou produzidas. No entanto, quando o comprador tiver que fornecer uma parte essencial dos elementos materiais necessários para a produção da mercadoria, a CVIM não poderá ser aplicada.

c) O contrato de compra e venda internacional de mercadorias conclui-se no momento em que a proposta contratual se torna eficaz.

d) Pelas regras da CVIM, uma proposta comercial não poderá ser revogada, ainda que a revogação chegue ao destinatário antes de este ter expedido a aceitação.

e) O caráter internacional do contrato é determinado pela nacionalidade das partes contratuais.

69. Assinale a alternativa correta sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) e a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM):



a) O Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) foi instituído em 1983, por meio de convenção internacional celebrada no seio do Conselho de Cooperação Aduaneira (CCA). O Sistema Harmonizado reúne os países em torno do objetivo de unificar a classificação fiscal de mercadorias e eliminar, progressivamente, as nomenclaturas nacionais e regionais.

b) As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH) estabelecem o alcance dos textos das posições e fornecem a interpretação autêntica das regras gerais de interpretação (RGI's). Possuem valor legal e devem ser

tomadas como referência primária para a atribuição de classificação fiscal a uma mercadoria.

c) A Nomenclatura Comum do MERCOSUL tem como base a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), que possui atualmente 10 dígitos.

d) No âmbito do MERCOSUL, as embalagens de uso repetido terão classificação fiscal própria quando não forem submetidas aos regime aduaneiros especiais de admissão temporária e exportação temporária.

e) Para fins de classificação das mercadorias, a interpretação do conteúdo das posições e desdobramentos da Nomenclatura Comum do Mercosul será feita com observância das Regras Gerais para Interpretação, das Regras Gerais Complementares e das Notas Complementares e, subsidiariamente, das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, da Organização Mundial das Aduanas.

70. Assinale a alternativa correta sobre a Zona Franca de Manaus:



a) A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza, bem como a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados. Os produtos nacionais exportados para o exterior e, posteriormente, importados pela Zona Franca de Manaus, também gozarão desses benefícios.

b) A remessa de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou posterior exportação, será, para efeitos fiscais, equivalente a uma exportação brasileira para o exterior, desde que cumpridos os requisitos definidos pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

c) Os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, quando dela saírem para qualquer ponto do território aduaneiro, estarão sujeitos ao pagamento do imposto de importação relativo a matérias-primas, produtos intermediários,

materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira neles empregados, calculado o tributo mediante coeficiente de redução de sua alíquota *ad valorem*, desde que atendam a nível de industrialização local compatível com processo produtivo básico para produtos compreendidos na mesma posição e subposição da Nomenclatura Comum do Mercosul.

d) Com a edição da Emenda Constitucional nº 83/2014, os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus foram estendidos por mais 20 anos.

e) As mercadorias estrangeiras importadas para a Zona Franca de Manaus, quando desta saírem para outros pontos do território aduaneiro ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos exigíveis sobre importações do exterior. Essa regra se aplica, inclusive, à internação de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e na saída para a Amazônia Ocidental, observada uma pauta específica de produtos.



Legislação Aduaneira - Prof. Ricardo Vale



71. Assinale a alternativa correta sobre a jurisdição dos serviços aduaneiros:

a) O território aduaneiro compreende a zona primária e a zona secundária, excluídos o espaço aéreo e as águas territoriais.

b) À exceção dos locais reservados às Áreas de Controle Integrado, não há nenhum local do território aduaneiro que esteja imune à jurisdição aduaneira.

c) O art. 237, da Constituição Federal de 1988, atribui ao Ministério da Fazenda (MF) e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) a competência para exercer a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais.

d) A zona primária é constituída por áreas demarcadas pela autoridade aduaneira nos portos alfandegados, aeroportos alfandegados e nos pontos de fronteira alfandegados. Por sua vez, a zona secundária compreende o restante do território nacional, à exceção do espaço aéreo e das águas territoriais.

e) A autoridade aduaneira poderá exigir que a zona primária, ou parte dela, seja protegida por obstáculos que impeçam o acesso indiscriminado

de veículos, pessoas ou animais. Além disso, poderá estabelecer, em locais e recintos alfandegados, restrições à entrada de pessoas que ali não exerçam atividades profissionais, e a veículos não utilizados em serviço.

72. Assinale a alternativa correta sobre o imposto de importação:

a) Não constitui fato gerador do imposto de importação a entrada no território aduaneiro de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária, ainda que descumprindo o regime. O descumprimento da exportação temporária gera multa de 5% do preço normal para o beneficiário do regime.

b) O imposto de importação incide sobre mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, e que for redestinada ou devolvida para o exterior.

c) Não haverá incidência do imposto de importação sobre mercadoria estrangeira destruída após o desembarço aduaneiro.

d) São considerados não-estrangeiros, para fins de incidência do imposto de importação, os equipamentos, as máquinas, os veículos, os aparelhos e os instrumentos, bem como as partes, as peças, os acessórios e os componentes, de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno pelas empresas nacionais de engenharia, e exportados para a execução de obras contratadas no exterior, na hipótese de retornarem ao País.

e) As mercadorias exportadas em consignação e não vendidas no prazo autorizado são consideradas estrangeiras para fins de incidência do imposto de importação.

73. Assinale a alternativa correta sobre os regimes de tributação do imposto de importação:

a) O Regime de Tributação Especial é o que permite o despacho de bens integrantes de bagagem mediante a exigência tão somente do imposto de importação, calculado pela aplicação da alíquota de 60% (sessenta por cento) sobre o valor do bem.

b) O Regime de Tributação Especial somente se aplica aos bens integrantes de remessas postais

internacionais e àqueles adquiridos em lojas francas de chegada.

c) Na impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, serão aplicadas, para fins de determinação dos impostos e dos direitos incidentes, as alíquotas de 60% (sessenta por cento) para o cálculo do imposto de importação e de 60% (sessenta por cento) para o cálculo do imposto sobre produtos industrializados

d) No caso de tributação de mercadorias não identificadas, a base de cálculo será o valor aduaneiro, apurado segundo as regras do Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do GATT.

e) O Regime de Tributação Simplificada é o que permite a classificação genérica, para fins de despacho de importação, de bens integrantes de remessa postal internacional, mediante a aplicação de alíquotas diferenciadas do imposto de importação, e isenção do imposto sobre produtos industrializados, da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação.

74. Assinale a alternativa correta sobre o PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação:

a) O fato gerador do PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação é a entrada de bens estrangeiros no território aduaneiro. O momento da ocorrência do fato gerador é a data do lançamento, no caso de bens enquadrados como bagagem acompanhada e submetidos ao Regime de Tributação Especial.

b) A base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação é o valor aduaneiro, assim entendido o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo do imposto de importação, acrescido do valor do ICMS incidente no desembarço aduaneiro e do valor das próprias contribuições.

c) O PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação incidem apenas sobre a importação de bens, e não sobre a importação de serviços, sobre os quais incide apenas o ISS.

d) Para efeito de ocorrência do fato gerador do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, consideram-se entrados no

território aduaneiro os bens que constem como tendo sido importados e cujo extravio tenha sido verificado pela autoridade aduaneira. Essa regra não se aplica às malas e remessas postais internacionais e à mercadoria importada a granel que, por sua natureza ou condições de manuseio na descarga, esteja sujeita a quebra ou a decréscimo, desde que o extravio não seja superior a um por cento.

e) O ICMS comporá a base de cálculo do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação mesmo que tenha seu recolhimento diferido.

75. Analise os itens a seguir, a respeito do despacho de importação, e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

I. A conferência aduaneira, quando realizada na zona secundária, poderá ser feita em recintos alfandegados, no estabelecimento do importador ou, excepcionalmente, em outros locais, mediante prévia anuência da autoridade aduaneira.

II. A verificação da mercadoria, no curso da conferência aduaneira ou em outra ocasião, será realizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, ou sob a sua supervisão, por Analista-Tributário, na presença do viajante, do importador ou de seus representantes. Na hipótese de mercadoria depositada em recinto alfandegado, a verificação poderá ser realizada na presença do depositário ou de seus prepostos, dispensada a exigência da presença do importador

III. A conferência aduaneira na importação tem por finalidade identificar o importador, verificar a mercadoria e a correção das informações relativas a sua natureza, classificação fiscal, quantificação e valor, e confirmar o cumprimento de todas as obrigações, fiscais e outras, exigíveis em razão da importação.

IV. Caracterizam a interrupção do curso do despacho, entre outras ocorrências, a não-apresentação de documentos exigidos pela autoridade aduaneira, desde que indispensáveis ao prosseguimento do despacho, e o não-comparecimento do importador para assistir à verificação da mercadoria, quando sua presença for obrigatória.

a) VFVF

b) VVVV

c) VVVF

d) FVVV

e) FFFV

76. Assinale a alternativa correta sobre os regimes de depósito afiançado, depósito especial e depósito alfandegado certificado:

a) No regime de depósito especial, podem ser admitidas mercadorias importadas com ou sem cobertura cambial. Uma vez admitidas, as mercadorias permanecem com suspensão tributária pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados da data do desembarço aduaneiro.

b) O regime de depósito especial poderá ser extinto pela reexportação, exportação, despacho para consumo, destruição ou transferência para outro regime aduaneiro especial. No caso de exportação, é necessário que seja feito, antes, o despacho para consumo da mercadoria.

c) O regime de depósito afiançado somente pode ser concedido a empresas brasileiras que operem o transporte comercial internacional, inclusive rodoviário.

d) O regime de depósito alfandegado certificado é o que permite considerar exportada, para todos os efeitos fiscais, creditícios e cambiais, a mercadoria nacional depositada em recinto alfandegado, vendida a pessoa sediada no exterior, mediante contrato de entrega no território nacional e à ordem do adquirente. Esse regime somente pode ser operado em recinto alfandegado de uso público.

e) A extinção do regime de depósito alfandegado certificado poderá ocorrer mediante comprovação do efetivo embarque ou da transposição da fronteira, da mercadoria destinada ao exterior. Também ocorrerá a extinção pelo despacho para consumo ou mediante transferência para outro regime aduaneiro especial.

77. Assinale a alternativa correta sobre infrações à legislação aduaneira e penalidades:

a) Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações diferentes, pela

mesma pessoa física ou jurídica, aplica-se a penalidade cominada a apenas uma delas.

b) A denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento dos tributos e dos acréscimos legais, exclui a imposição da correspondente penalidade. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o desembaraço da mercadoria.

c) A denúncia espontânea exclui a aplicação de multas de natureza tributária ou administrativa, com exceção das aplicáveis na hipótese de mercadoria sujeita a pena de perdimento.

d) As infrações previstas no art. 689, caput, serão punidas com multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria, na importação, ou ao preço constante da respectiva nota fiscal ou documento equivalente, na exportação, quando a mercadoria for localizada, observados o rito e as competências estabelecidos no Decreto nº 70.235, de 1972.

e) Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infração depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

78. Assinale a alternativa correta sobre extravio e avaria de mercadorias:

a) Havendo extravio de mercadoria, será considerado responsável o transportador quando constatado o extravio após a conclusão da descarga da mercadoria no local ou recinto alfandegado.

b) Havendo extravio de mercadoria, será considerado responsável o depositário, quando o extravio for constatado em mercadoria sob sua custódia antes da conclusão da descarga da mercadoria no local ou no recinto alfandegado.

c) Não pode ser dispensado o lançamento de ofício em caso de extravio de mercadoria, ainda que o importador ou o responsável tenham assumido espontaneamente o pagamento dos créditos tributários.

d) A legislação aduaneira não prevê hipóteses de exclusão de responsabilidade daquele que der causa a extravio de mercadoria

e) Para efeitos fiscais, o depositário responde por extravio de mercadoria sob sua custódia.

Presume-se a responsabilidade do depositário no caso de volumes recebidos sem ressalva ou sem protesto.

79. Analise os itens a seguir, a respeito das sanções administrativas aplicadas aos intervenientes, e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

I. A aplicação de sanções administrativas aos intervenientes depende da realização de um processo administrativo próprio, que será instaurado com a lavratura de auto de infração, acompanhando de termo de apreensão e, se for o caso, de termo de guarda fiscal.

II. A aplicação de sanções administrativas aos intervenientes compete ao Ministro da Fazenda.

III. No processo administrativo para aplicação de sanções aos intervenientes, a intimação será pessoal ou por edital. Feita a intimação, a não-apresentação de impugnação pelo autuado no prazo de 20 (vinte) dias implica revelia.

IV. No processo administrativo para aplicação de sanções aos intervenientes, uma vez apresentada a impugnação, a autoridade preparadora terá o prazo de 15 (quinze) dias para remessa do processo a julgamento. Esse prazo poderá ser prorrogado quando for necessária a realização de diligências ou perícias.

a) VFVF

b) VVFF

c) FVVF

d) FFVF

e) FFVV

80. Assinale a alternativa correta sobre os métodos de valoração aduaneira:

a) Caso não seja possível utilizar o método do valor de transação, será usado o valor de transação de mercadorias similares vendidas para exportação para o mesmo país de importação e exportadas ao mesmo tempo que as mercadorias objeto de valoração, ou em tempo aproximado.



b) Mercadorias idênticas são mercadorias iguais em tudo, inclusive nas características físicas, qualidade e reputação comercial. Pequenas diferenças na aparência não impedem que sejam consideradas idênticas mercadorias que em tudo o mais se enquadram na definição.

c) Se, na aplicação do 2º ou do 3º métodos de valoração, for encontrado mais de um valor de mercadoria idêntica ou similar, será utilizado o mais alto na determinação do valor aduaneiro.

d) A inversão dos métodos dedutivo e computado independe de autorização da autoridade aduaneira.

e) Podem ser consideradas similares mercadorias produzidas em países diferentes.

 **RASCUNHO**

 **RASCUNHO**

CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO - RFB

NOME:

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral da **RFB**.
- O formulário pode ser acessado na página do **SIMULADO RFB** no Blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÃO/RESPOSTA					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E
64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E
66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E

QUESTÃO/RESPOSTA					
76	A	B	C	D	E
77	A	B	C	D	E
78	A	B	C	D	E
79	A	B	C	D	E
80	A	B	C	D	E